



Federação Nacional dos Professores

MOÇÃO

Fim do bloqueio negocial na educação; soluções justas para os problemas

Os responsáveis do Ministério da Educação, sobretudo nos últimos três anos, têm vindo a bloquear as vias de diálogo e negociação, levando a que os problemas se acumulassem, arrastassem e agravassem, com forte impacto negativo na vida dos professores, na organização das escolas e nas condições proporcionadas aos alunos.

Apesar da insistência da FENPROF e da apresentação de propostas concretas sobre os principais aspetos de natureza socioprofissional (melhoria das condições de trabalho, recomposição da carreira docente, revisão do regime de concursos, combate à precariedade, estabelecimento de um regime específico de aposentação, criação de condições que garantam atratividade à profissão docente e levem ao seu rejuvenescimento, organização do ano letivo, saúde e segurança no local de trabalho, incluindo segurança sanitária, entre outros aspetos que são objeto de negociação coletiva), o Ministério da Educação recusou abrir qualquer processo de diálogo ou de negociação.

Também a Escola Pública atravessa um período difícil, a braços com um evidente défice de recursos humanos, ameaçada por um processo de municipalização, vítima de um regime de gestão que não respeita normas elementares da democracia (elegibilidade, colegialidade e participação), insuficientemente financiada (muito abaixo dos recomendados 6% do PIB) e alvo de projetos que introduzem nas escolas, em atividade direta com os alunos, indivíduos não qualificados para a docência.

Face a esta situação,

Os professores / educadores presentes na reunião realizada na Escola / Agrupamento

Os professores / educadores presentes no plenário que se realizou em

Os professores / educadores da Escola / Agrupamento

Consideram intolerável o desrespeito do Governo e do Ministério da Educação pelos docentes, bem como o bloqueio negocial por estes imposto, exigindo a abertura imediata de negociações para resolver os problemas de envelhecimento, carreira, precariedade, concursos e condições de trabalho. Se tal não acontecer, disponibilizam-se para desenvolver as ações de luta que se tornarem indispensáveis ainda este ano letivo e no início do próximo.

Aprovado por _____

_____, ____ de junho de 2021

(enviar para a FENPROF – fenprof@fenprof.pt – até 23 de junho)